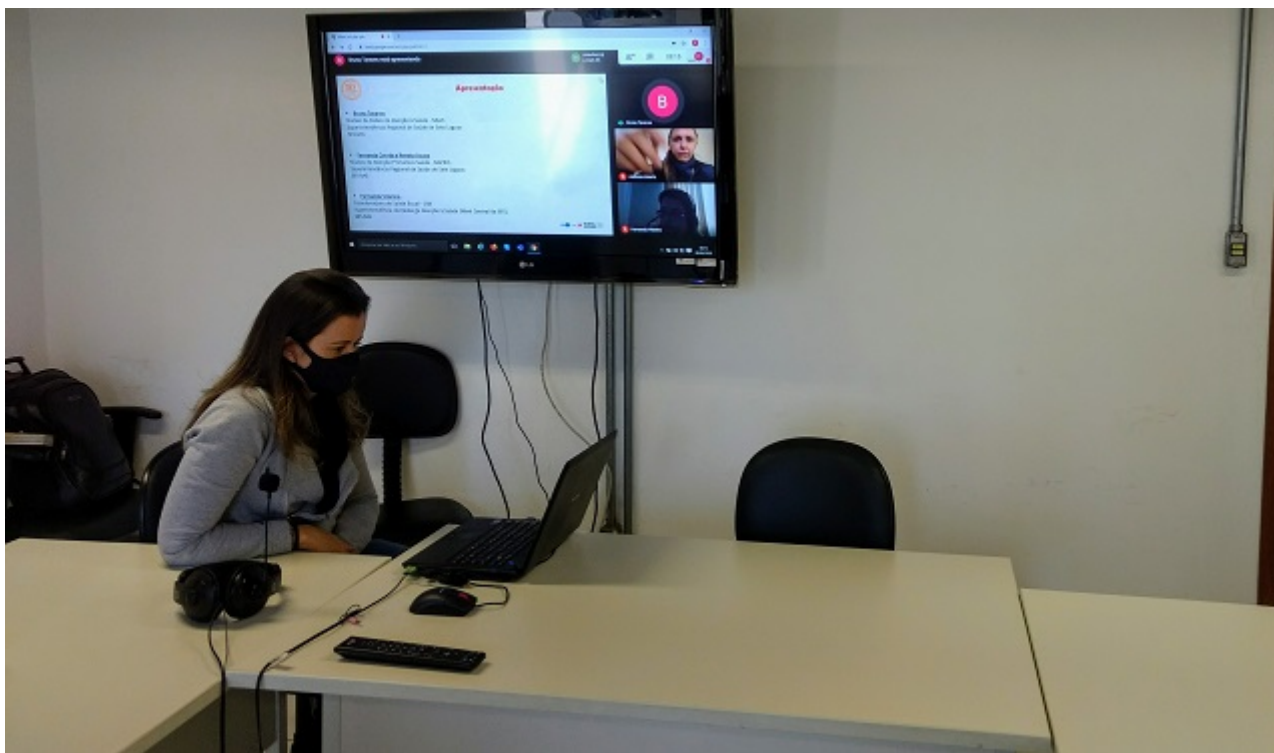


Atendimento odontológico em tempos de COVID-19 é tema de reunião virtual na regional de Saúde de Sete Lagoas

29 de Maio de 2020 , 19:54

Os atendimentos odontológicos eletivos nos serviços de saúde públicos de Minas Gerais, com exceção das urgências e emergências odontológicas, estão suspensos devido ao atual estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19). A fim de orientar os profissionais de saúde em relação à continuidade dos atendimentos de urgência, emergência e a manutenção do acompanhamento remoto dos usuários da saúde de forma preventiva, foi realizada nesta quinta-feira (28/5) uma videoconferência entre a coordenação de Saúde Bucal (CSB) da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG), representantes dos núcleos de Atenção Primária à Saúde (NAPRIS) e Redes de Atenção à Saúde (NRAS) e os coordenadores de saúde bucal municipais sobre o atendimento odontológico em tempos de [COVID-19](#).



Devido às características do atendimento odontológicos, tais como a exposição à saliva; possibilidade de gerar aerossóis e proximidade com a face do paciente; a atividade é considerada de alto risco de contaminação. A fim de reduzir o perigo de propagação da COVID-19. Durante a videochamada, os profissionais de saúde foram esclarecidos sobre a organização e a divulgação à população de um serviço de orientação à distância, o qual tem como objetivo a continuidade do cuidado com os usuários que encontravam-se em tratamento, a orientação à pacientes com sinais e sintomas de urgência ou emergência odontológica, assim como a informação à população sobre o fluxo dos atendimentos de urgência e emergência nos municípios.

Questões como o estabelecimento dos locais para os atendimentos de urgência e emergência, a necessidade de instituir um maior intervalo entre os atendimentos, o uso dos devidos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a utilização dos dispositivos manuais sempre que possível a fim de se evitar os aerossóis, a limpeza e desinfecção do consultório ao final de cada atendimento, dentre outras questões foram abordadas. A coordenadora de Saúde Bucal da SES-MG, Fernanda Vilarino, ressaltou que esses cuidados já são observados na Saúde Bucal e afirma que a odontologia sempre se

preocupou com a biossegurança, porém, “em virtude do Coronavírus ter alta virulência, fácil dispersão e transmissibilidade, os cuidados e as medidas de proteção aumentaram a fim de evitar contaminação cruzada”, destacou.

Dentre os casos considerados de emergência, a coordenadora apontou o sangramento bucal não controlado; infecções graves que possam comprometer as vias aéreas; traumas envolvendo os ossos faciais, dentre outros. Já os casos de urgência incluem: dor dentária intensa, abscesso ou infecção bacteriana localizada resultando em dor e inchaço, dentre outros casos. Também deve ser observada a necessidade de realizar o atendimento de outros cuidados dentários urgentes, procedimentos que seriam inadiáveis, que devem ser avaliados pelo profissional de saúde bucal.

“Deve ser disponibilizado telefone, call Center, ferramentas tecnológicas que possam fornecer orientações aos usuários sobre sinais e sintomas de urgência odontológica, fluxos de atendimento de forma a evitar aglomerações e minimizar o risco gerado as idas às unidades de saúde”, observa Vilarino. Diante do cenário da pandemia, enfatiza-se que o profissional da odontologia realize essas orientações aos usuários.

A referência em saúde bucal do NRAS da Regional de Saúde de Sete Lagoas, Bruna Martins Tavares, lembra que, para uma melhor organização do fluxo de atendimento odontológico e nos casos em que o município possua mais de uma equipe de saúde bucal, a recomendação é a realização de rodízio dos profissionais da odontologia para o atendimento dos casos de urgência e emergência. “Dessa forma, os profissionais não escalados para estes atendimentos deverão auxiliar nas demais ações da unidade, como por exemplo auxiliares e técnicos de saúde bucal auxiliarem também no atendimento ao COVID-19 na fase inicial de identificação de pacientes sintomáticos”, observou Tavares que ainda completa “e que os cirurgiões-dentistas atuem na fase de avaliação de sintomas e notificação, se necessário, colaborando assim também com os enfermeiros das unidades.

A coordenadora do NAPRIS, Fernanda Paiva Corrêa, também reafirmou esse ponto sobre a necessidade do plantão presencial de um profissional de saúde bucal nas unidades de atendimento “Temos reforçado que as equipes façam o rodízio presencial para avaliação dos casos e determinação do que é urgência e do que não é. E aqueles que não estiverem escalados para o atendimento de urgência deverão auxiliar nas demais ações da unidade, como o telemonitoramento dos usuários e no atendimento dos casos suspeitos de COVID- 19, através do FAST-TRACK do Ministério da Saúde”, disse.

Segundo a coordenadora, esse cuidado preventivo se deve, sobretudo, para a orientação a diabéticos, idosos e demais pacientes que integram o grupo de risco sobre os cuidados de higienização bucal e das próteses, nos casos em que houver a fim de evitar agravar as condições sistêmicas e conscientizar a população sobre a importância da prevenção bucal, e também na prevenção ao COVID-19.

Os participantes também receberam orientações sobre o monitoramento e repasse dos incentivos estaduais para os Laboratórios Regionais de Prótese Dentária, Centro de Especialidades Odontológicas e Odontologia Hospitalar durante o período de emergência em Saúde Pública, além de, ao final, serem discutidas as dúvidas sobre EPI.

Foi lembrado ainda que, para os municípios que aderiram ao programa estadual “Minas Consciente”, a atividade de odontologia, por ser considerada de muito alto risco, encontra-se na onda vermelha. Na região da SRS-Sete Lagoas apenas os municípios de Cachoeira da Prata, Morro da Garça, Curvelo e Felixlândia, já formalizaram a adesão ao programa.

Por Nayara Souza

[Enviar para impressão](#)